



**Opinião**  
**M. Graça Carvalho**

## Qual é o preço da credibilidade?

**A**parentemente, a realização da final da Liga dos Campeões, no passado dia 29 de maio, terá ficado “mais marcada pela positiva do que pela negativa”. Foi o que nos garantiu o primeiro-ministro, no rescaldo das imagens que todos vimos nas televisões. Milhares de adeptos aglomerados nas ruas do Porto, a consumir bebidas alcoólicas na via pública e sem qualquer preocupação com o uso de máscara, muito menos o distanciamento social. Confrontos entre claque. Um polícia ferido e quatro adeptos detidos, segundo os dados oficiais da PSP. Um balanço positivo, portanto.

E o que justifica essa conclusão? O facto de “80% dos adeptos” terem respeitado o regime de “bolha” adotado pelas autoridades, o que significa que, dos mais de 14 mil que marcaram presença no Estádio do Dragão, “apenas” 2800 desprezaram alegremente as regras em vigor no país, com as autoridades policiais – por opção ou imposição superior – a cingirem a sua ação, de acordo com a PSP, a intervenções “rápidas e cirúrgicas” para sanar “pequenas desordens”.

Custa a acreditar na promessa do governo de que este caso “serve de lição”, quando a apreciação que faz do mesmo está tão desfasada da realidade. A única forma de nos convencerem de que a lição tinha de facto sido aprendida seria terem reconhecido o absoluto desastre que foi, primeiro, a decisão de organizar este evento, sem qualquer obrigação contratual de o fazer. Um favor à UEFA, em nome de um suposto prestígio internacional do país como organizador de eventos, e com incentivos fiscais à mistura. E, segundo, uma vez consumada esta as-



**Uma coisa é gerir um movimento espontâneo de massas, e outra, muito diferente, é criar deliberadamente a situação e depois não saber lidar com ela.**

neira, não tendo sido feito tudo o que fosse humanamente possível para garantir que as coisas corriam sem incidentes.

Permitir a presença de mais de 14 mil pessoas num estádio de futebol, num país que fechou as portas de todos os seus estádios e pavilhões há mais de um ano, é uma afronta a todos os clubes, atletas e adeptos que tiveram de se sujeitar a estas regras. O presidente do clube cujo estádio acolheu a final da Liga dos Campeões resumiu tudo, ao lembrar que, no dia seguinte, iria acolher no seu pavilhão um jogo de basquetebol no qual nem as famílias dos atletas estavam autorizadas a marcar presença. E convém lembrar que a única exceção anterior tinha sido outra prova internacional: um grande prémio de Fórmula 1, realizado no ano passado no Algarve, que também não correu nada bem.

Mas deixar que quase 3 mil adeptos – e pouco importa se eram ingleses, suecos ou noruegueses – ignorem olímpicamente as regras a que a população nacional tem estado sujeita há mais de um ano é infinitamente mais grave. É uma ofensa a todos os portugueses. Aos que continuam sujeitos a restrições até para visitarem os seus familiares nos lares. Aos que viram os seus negócios encerrados durante meses e meses. Aos que ficaram fechados em casa e continuam sujeitos a restrições duras para trabalhar, para conviver com aqueles que lhes são mais próximos.

É verdade que tinha havido um episódio anterior, com os festejos dos adeptos do Sporting pela conquista do campeonato, para os quais também não houve a devida antecipação. Mas, apesar de tudo, uma coisa é gerir um movimento espontâneo de massas, e outra, muito diferente, é criar deliberadamente a situação e depois não saber lidar com ela.

Independentemente do impacto que esta final da Liga dos Campeões possa ou não ter em termos de pandemia, os seus custos para a credibilidade das instituições do país foram já pesadíssimos. Em política, não há fatura mais pesada do que perder a própria face perante aqueles que supostamente se representa e lidera. Resta descobrir qual será o valor desta conta. Quem a irá pagar, todos sabemos.

Eurodeputada



**Opinião**  
**Jorge Costa Oliveira**

## Evolução demográfica e fluxos migratórios da África subsariana

**A**s projeções contidas nas *World Population Prospects' – The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables* da ONU mostram que a principal alteração na população mundial até 2100 ocorrerá na África subsariana, cuja população crescerá dos atuais c. 1000 milhões para c. 4000 milhões de pessoas.

Esta evolução apresenta oportunidades várias, mas também é causa de pertinentes inquietações. Dentre estas, merecem especial destaque as relacionadas com o desenvolvimento económico e social da África subsariana. Não obstante a ambição das aspirações e dos objetivos genéricos da Agenda 2063 da União Africana, o subcontinente subsariano enfrenta desafios tremendos para o seu desenvolvimento económico e social: (i) inexistência ou insuficiência de adequadas infraestruturas educacionais, sanitárias, de transportes, de telecomunicações, energéticas, logísticas, de fornecimento de bens essenciais como água, eletricidade, esgotos e outras; (ii) baixa eficiência na gestão pública; (iii) insuficiente capacidade de planeamento económico ou de execução do mesmo; (iv) baixa taxa de acumulação de capital; (v) insuficiência de mercados de capitais e sistemas bancários e financeiros sofisticados. (vi) lento desenvolvimento de uma burguesia empreendedora; (vii) dificuldade de integração com as cadeias de distribuição mundiais; (viii) baixo índice de industrialização; (ix) baixa capacidade de inovação e criação de novas

tecnologias; (x) baixa taxa de reinvestimento de rendimentos nele gerados; (xi) insuficiente integração económica regional.

Tomando como indicativo o comportamento de parte significativa dos dirigentes e das elites de muitos destes países africanos – as quais não raro são predatórias em relação aos recursos nacionais, colocam no exterior parte significativa da sua riqueza e fixam residência habitual em países desenvolvidos – o cenário de evolução mais provável é o de uma evolução na continuidade.

Ora, se nas próximas décadas a realidade referida se mantiver basicamente inalterada, a qualidade de vida das populações autóctones não melhorará ou piorará, o que terá como consequência não apenas maior instabilidade social doméstica, mas também um incremento de fluxos migratórios, em especial para a Europa.

Tradicionalmente, a postura europeia tem sido reforçar a cooperação com os governos do Magrebe que servem de “zona-tampão” que refreia significativamente os fluxos migratórios da África subsariana. A atual situação na Líbia e a impotência da UE para a sua solução é causa de preocupação adicional.

Mas a reação recente – sobretudo na subida do racismo e da xenofobia – em alguns países relevantes da UE, nomeadamente na Alemanha, na Itália e em França, a um fluxo migratório de muito menor dimensão do que o que deverá resultar da pressão demográfica nas próximas décadas, deixa vários países-destino da UE muito apreensivos.

É imperativo que se tomem medidas de médio e longo prazo. A criação, no seio do G20, de um Africa Advisory Group e o lançamento, pelo mesmo G20, dos Compactos G20 com África (CwA), para promover o investimento privado em África, são provavelmente o mecanismo mais eficaz já montado. E, sem prejuízo do Compacto Lusófono (a que voltaremos), é crucial que um país com presença e interesses em África, como é o caso de Portugal, acompanhe e participe ativamente em tais mecanismos.



**A principal alteração na população mundial até 2100 ocorrerá na África subsariana, cuja população crescerá dos atuais c. 1000 milhões para c. 4000 milhões.**

Consultor financeiro e business developer  
[www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira](http://www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira)